

CORREIO NACIONAL

Fabio Rodrigues-Pozzebom/ Agência Brasil



Decisão foi tomada pelo ministro nesta terça

Dino libera emendas da saúde para garantir piso

O ministro Flávio Dino, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou na última terça-feira (31) a execução de emendas de comissão empenhadas para garantir o mínimo constitucional de gastos com a saúde.

A pedido do ministro, a Advocacia-Geral da União (AGU) indicou que seria necessário o montante de R\$ 2,1 bilhões para cumprimento do piso constitucional, sendo R\$ 370 milhões desse valor relativos às emendas de comissões. Ainda segundo o

órgão, R\$ 40,5 milhões se referem às emendas propostas pelo Senado Federal e R\$ 330 milhões pela Câmara dos Deputados.

“O empenho de novos recursos em ações e serviços públicos de saúde deverá girar em torno dos R\$ 2,1 bilhões. Deste modo, mantida a determinação de cancelamento dos valores empenhados em emendas de comissão após 23/12, constata-se, portanto, a impossibilidade de alcance da aplicação mínima em saúde”, indicou a AGU ao STF.

Apostas on-line autorizadas

O primeiro dia de janeiro de 2025 marca o início do mercado regulado de apostas de quota fixa no Brasil.

As empresas que passam a compor o setor de apostas foram selecionadas após um rigoroso processo de autorização, que garantiu o cumprimento de exigências técnicas e

financeiras.

O mercado regulado de apostas de quota fixa começou a operar na última quarta-feira (1º/1) com 66 empresas autorizadas pela Secretaria de Prêmios e Apostas, do Ministério da Fazenda.

No total, foram pagos R\$ 2,01 bilhões em outorgas ao Governo Federal.

Recurso do Fundeb: R\$ 325 bi

Os Ministérios da Educação e da Fazenda publicaram na terça, a Portaria Interministerial n.º 14/2024, com as estimativas do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb) para 2025. O fundo somará R\$ 325,5 bilhões no

próximo ano, um aumento de R\$ 19,8 bilhões em relação a 2024, o que representa 6,48% de acréscimo no financiamento da educação básica. Com base nas estimativas, a receita do Fundeb em 2025 será composta por R\$ 269 bilhões provenientes das contribuições dos estados e dos municípios.

Mais de R\$ 70 milhões em multas

A Secretaria Nacional do Consumidor (Senacon) aplicou mais de R\$ 70 milhões em multas, em 2024.

Desse montante, R\$ 45 milhões foram por infrações ao Código de Defesa do Consumidor (CDC) e R\$ 25 milhões relativos a sanções impostas pela Câmara de Re-

gulação do Mercado de Medicamentos.

Nesse período, também foram enviadas cerca de 500 notificações, elaboradas 18 notas técnicas, finalizados 644 processos administrativos e promovidas importantes ações em áreas estratégicas, sempre com base na Lei n.º 8.078/1990.

Incentivo à ciência

Para formar profissionais e promover o desenvolvimento científico e tecnológico, o Ministério da Educação executou políticas de pós-graduação junto às instituições de educação superior federais. A pasta trabalha diretamente com o envolvimento de professores e

pesquisadores em várias frentes, diversificando apoios e programas, em sintonia com as necessidades da pós-graduação brasileira. O compromisso com ações inovadoras e o desenvolvimento de pesquisas perpassam as linhas de atuação do ministério.

Presidência do BRICS

Impulsionando debates sobre governança global inclusiva, inteligência artificial e financiamento para combater as mudanças do clima, entre outros, o Brasil assume a presidência do BRICS em 2025. O agrupamento formado por Brasil, Rússia, Índia, China e África do

Sul, bem como por outros membros recém-admitidos – Arábia Saudita, Egito, Emirados Árabes Unidos, Etiópia e Irã – representa um dos principais foros de articulação político-diplomática dos países do Sul Global, com foco na cooperação em diversas áreas.

Recorde de entrada de turistas internacionais

Resultado supera outros anos na recepção, diz ministro

Fernando Frazão/Agência Brasil

O Brasil bateu o recorde de turistas internacionais visitando o país, segundo o Ministério do Turismo. Ao todo, foram mais de 6,621 milhões de viajantes que escolheram destinos brasileiros para viagens de lazer ou de negócios.

O número supera o ano de 2018, que era o melhor valor na série histórica, iniciada em 1970, com a visita de 6.621.376 estrangeiros.

O Plano Nacional de Turismo (PNT) prevê atingir 8,1 milhões de turistas internacionais nos próximos três anos.

“Temos investido na melhoria da infraestrutura turística do Brasil, com obras que vão de Norte a Sul, também temos apoiado o setor com liberação de recursos, por meio do Fungetur [Fundo Geral do Turismo], que ajudam a estruturar toda cadeia, que fica mais preparada para receber esses turistas. Além, é claro, de fazer promoção dos nossos destinos em grandes eventos internacionais, mostrando ao mundo o que o Brasil tem de melhor”, disse o ministro do Turismo, Celso Sabino, conforme divulgou a pasta.

O ministério destaca que o



Ao todo, foram mais de 6,621 milhões de viajantes que escolheram destinos brasileiros

resultado supera anos importantes na recepção de turistas, como em 2014, quando o país foi sede da Copa do Mundo FIFA e em 2016, ano dos Jogos Olímpicos do Rio de Janeiro. Juntos, os dois anos somam 12,9 milhões de desembarques no país.

O governo federal tem trabalhado em diferentes frentes com o objetivo de atrair turistas internacionais. Em dezembro de 2023, foi inaugurado, no

Rio de Janeiro, o primeiro Escritório da Organização Mundial do Turismo (OMT) nas Américas e no Caribe.

“Para reforçar a vinda desses turistas, o MTur, em parceria com a Embratur, voltou a marcar presença em grandes e estratégicos eventos internacionais de promoção dos destinos brasileiros. A ação envolve a divulgação da ‘Marca Brasil’, importante iniciativa para reconstruir a imagem do país no

exterior - agora devidamente comprometido com a sustentabilidade, a diversidade e a inclusão no setor turístico.”

O Brasil lançou a marca “Visit South America: um lugar, vários mundos”, uma parceria com Argentina, Paraguai, Uruguai e Chile para buscar promover e posicionar internacionalmente os destinos desses países, com foco em atrativos naturais, gastronômicos e de hospitalidade.

MP reestrutura salário dos servidores

Marcello Casal Jr/Agência Brasil



Avaliação de desempenho no setor público

O Governo Federal publicou nesta terça-feira (31/12), em edição extra do Diário Oficial da União (DOU), a Medida Provisória n.º 1.286 de 31 de dezembro de 2024, que consolida uma nova etapa do projeto de Transformação do Estado, no eixo associado à gestão de pessoas. A MP encerra 2024 cumprindo os acordos firmados ao longo do ano, garantindo reajustes para 100% dos servidores em 2025 e 2026. Os detalhes sobre a MP que formaliza os acordos firmados pelo MGI e a transformação de cargos foram apresentados em coletiva de imprensa conduzida pela ministra da Gestão, Esther Dweck, nesta segunda-feira (30/12).

“Estamos adequando os cargos obsoletos transformando em cargos mais úteis, importantes para essa nova etapa do Estado brasileiro. O nosso objetivo é ter um governo eficiente e um país justo”, reforçou a ministra. A MP moderniza o setor público incluindo a criação de duas carreiras trans-

versais, que atenderão diversos órgãos e entidades da administração federal, sem impacto orçamentário. “Essas carreiras foram estruturadas para atender a demandas específicas do serviço público moderno, com foco em resultados e eficiência”, complementou.

A maior parte das novas vagas transformadas será destinada à educação, com foco especial na criação de novos institutos federais. A MP também introduz mecanismos inovado-

res para avaliação de desempenho e progressão na carreira. “Um dos nossos maiores objetivos é ter um bom sistema de avaliação de servidores públicos e que isso possa influenciar nos processos de progressão e promoção. Então, vamos avançar na proposta do Programa de Gestão de Desempenho, com um Plano de Trabalho mais associado às entregas do servidor para a população”, destacou a ministra.

A criação da carreira de De-

envolvimento das Políticas de Justiça e Defesa marca uma inovação na segurança pública. “Essa é a primeira vez que vamos ter uma carreira estruturada e civil para o Ministério da Defesa. Trabalhamos muito na proposta dessa nova carreira e a decisão é que não seja uma carreira exclusiva do Ministério da Defesa e sim uma carreira que possa atuar em outros ministérios”, afirmou Dweck.

Os ajustes salariais serão realizados em duas etapas, entre janeiro de 2025 e abril de 2026, com percentuais variáveis conforme a carreira e o cargo. Em 2025, o impacto primário das reestruturações será de R\$ 16,2 bilhões no gasto com pessoal do Poder Executivo Federal, enquanto o impacto financeiro alcançará R\$ 17,9 bilhões. A diferença se deve principalmente à contribuição previdenciária do governo, que retorna aos cofres públicos. Ambos os valores já estavam previstos no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA 2025).

STF

STF suspende novo edital da OAB para vaga no TJ-PI

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, suspendeu o ato da Seccional da OAB-PI que retomou os procedimentos para a elaboração da lista sextupla para preenchimento de vaga prevista no quinto constitucional no Tribunal de Justiça do Piauí (TJ-PI). A decisão liminar foi tomada na Reclamação (RCL) 74792, apresentada pela Associação Nacional dos Membros do Ministério Público (Conamp).

O quinto constitucional é o instrumento que garante que 25% das vagas de determinados tribunais sejam preenchidas por advogados e membros do Ministério Público.

STJ

Execução de sentença coletiva obtida por sindicato

A Primeira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ) afetou os Recursos Especiais 2.146.834 e 2.146.839, de relatoria do ministro Teodoro Silva Santos, para julgamento sob o rito dos repetitivos. A questão submetida a julgamento, cadastrada como Tema 1.302 na base de dados do STJ, é “definir, caso não limitado expressamente na sentença, se todos os servidores da categoria são legitimados para propor o cumprimento individual de sentença decorrente de ação coletiva proposta por sindicato, independentemente de filiação ou de constar em lista”. O colegiado ainda determinou a suspensão de todos os processos.

STJ

Presidente da Câmara Municipal segue afastado

O presidente da Câmara Municipal de Valparaíso de Goiás, Alceu Nascimento Gomes Soares, teve negado pelo Superior Tribunal de Justiça pedido de revogação das medidas cautelares de afastamento da função e do cargo de vereador do município, localizado no entorno de Brasília. Ele é investigado por possíveis irregularidades ocorridas nas licitações da Câmara Municipal, cujos contratos foram celebrados entre 2020 e 2024. O presidente do STJ, ministro Herman Benjamin, rejeitou a alegação de que seriam desnecessárias as medidas, o vereador também foi proibido de acessar as dependências da Câmara.

STJ

Bailarina suspeita de lavar dinheiro para o PCC

O presidente do Superior Tribunal de Justiça (STJ), ministro Herman Benjamin, negou pedido liminar em habeas corpus apresentado por uma influenciadora e bailarina investigada por envolvimento em esquema de lavagem de dinheiro do tráfico de drogas do Primeiro Comando da Capital (PCC). Ela está presa preventivamente desde o dia 14 de novembro, em decorrência da Operação Plata.

A bailarina foi denunciada pelo Ministério Público do Rio Grande do Norte (MPRN) pelos crimes de lavagem de dinheiro, enriquecimento ilícito e participação em organização criminosa.